



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

OFENSIVA NEOLIBERAL E O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO NEOLIBERAL

OFFENSIVE AND THE DISMANTLING OF THE BRAZILIAN STATE

Ingred Lydiane de Lima Silva¹

RESUMO

Com base no referencial teórico-metodológico marxista, este artigo tem como objetivo analisar o avanço do neoliberalismo e a ofensiva da acumulação capitalista contra o trabalho no desmonte do Estado brasileiro. O mesmo Estado neoliberal que garante a promoção de uma estrutura favorável para um mercado é o que combate os sistemas de proteção social, a essência do neoliberalismo não é a simples redução da intervenção estatal, mas a necessidade de um Estado direcionado a reprodução do capital.

Palavras-Chaves: Neoliberalismo; reprodução do Capital; Estado Brasileiro.

ABSTRACT

Based on the Marxist theoretical and methodological framework, this article aims to analyze the advance of neoliberalism and the offense of capitalist accumulation against work in the dismantling of the Brazilian State. The same neoliberal state that guarantees the promotion of a favorable structure for a market is the one that combats social protection systems, the essence of neoliberalism is not the simple reduction of state intervention, but the need for a state aimed at the reproduction of capital.

Keywords: Neoliberalism; reproduction of Capital; Brazilian State.

¹ Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: ingred.uern@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A ofensiva neoliberal avança no mundo como uma resposta do capitalismo ao ciclo econômico depressivo, a essência dessa expansão é encontrar condições para direcionar os Estados segundo interesses de classe. A necessidade de reduzir as barreiras comerciais vem colocando em xeque a soberania dos Estados. As instituições multilaterais, com destaque para o FMI e a OMC, foram o caminho para o avanço do Estado neoliberal, com o suposto objetivo de proteger a falência dos Estados-nações, essas instituições impõem ajustes estruturais como condição para negociar as dívidas e liberar novas linhas de crédito. A expressão dos ajustes estruturais são medidas de austeridade fiscal que baixam o padrão de vida dos trabalhadores.

Dessa forma, com base no referencial teórico-metodológico marxista, este artigo tem como objetivo analisar o avanço do neoliberalismo e a ofensiva da acumulação capitalista contra o trabalho no desmonte do Estado brasileiro. Estudar a intervenção do Estado nas relações de produção capitalista requer um olhar dialético, pois apesar da função fundamental do Estado ser o subsidio da reprodução do capital, a forma como ele intervém depende das condições de cada contexto histórico e de cada formação social.

1 ESTADO, LUTA DE CLASSES E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Em seu livro “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels (1984) analisa que o Estado não é algo inerente a história da humanidade, mas sim uma instituição que surge com desenvolvimento da sociedade de classes, enquanto um terceiro poder funcional a classe dominante e a manutenção da exploração da força de trabalho escravo. A tese do autor é que a divisão do trabalho alienado fazia surgir uma sociedade dividida por classes que possuíam interesses antagônicos e irreconciliáveis, sendo assim, a sociedade viveria em luta aberta e incessante ou sob o domínio de um terceiro poder funcional a classe dominante. Dessa forma, apesar do Estado se mostra neutro em relação a mediação das classes em luta, ele é uma instituição que surge para controlar as relações sociais e mediar os interesses da classe dominante.

Nesse sentido, não é à toa que Marx (1988) ao discorrer sobre o modo de produção capitalista conceitua o Estado como “comitê executivo da burguesia”. Se o Estado na sociedade de classes, independentemente do modo de produção, tem como papel a manutenção do poder da classe dominante, no capitalismo o Estado cumpre o dever de responder aos interesses da sua classe dominante: burguesia.

Dessa forma, Marx (1998) e Engels (1984) fazem uma crítica a concepção jusnaturalista de Estado, que compreende o Estado como uma instituição emancipatória e positiva, que contribui com a racionalização das relações sociais através da disciplina. Em contraponto, os autores mencionados discutem que o Estado é uma instituição funcional a exploração pelo seu caráter coercitivo.

Destarte, subsidiado pelo marxismo mas vivenciando um novo contexto histórico do capitalismo, Gramsci levanta novas discussões sobre a concepção de Estado. O autor concorda com a tese de que o Estado burguês tem um caráter coercitivo de dominação, porém para ele, essa instituição se complexificou ao passo em que o desenvolvimento do capitalismo acarretou mudanças nas relações sociais. Dessa forma, ele compreende que o caráter coercitivo é apenas uma das faces do Estado.

Para Gramsci, o desenvolvimento do capitalismo acarreta mudanças na política, pois o processo de socialização faz emergir novos organismos de atuação política, os quais ele denomina de aparelhos privados de hegemonia pois se afastam da atuação do Estado restrito. Partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, escolas, meios de comunicação e igrejas são exemplos de aparelhos privados de hegemonia, que para Gramsci, estruturam a sociedade civil (ADAMAS; PFEIFR, 2006).

Em suma, Gramsci contribuiu com a concepção marxista sobre o Estado em um novo contexto do capitalismo, pois analisou que o Estado é funcional a classe dominante porque ela possui a hegemonia dos aparelhos privados e, portanto, o comando da sociedade política que está dialeticamente interligada, entretanto, essa hegemonia está em constante tensionamento nas relações sociais. Logo, o Estado também pode ser funcional a classe trabalhadora através do tensionamento de classes, contudo, assume predominantemente uma atuação funcional a burguesia pois seus interesses possuem a hegemonia nesta sociedade.

Diante do exposto, no modo de produção capitalista o Estado cumpre um papel determinante na reprodução do capital, tanto na sustentação da estrutura de classes

através do controle da classe explorada, como na criação de condições gerais para as relações de produção (NETTO, 2011; IAMAMOTO, 2008). Para cumprir com suas funções, o Estado utiliza-se de medidas repressivas e integradoras, que estão dialeticamente interligadas.

Pertencem ao domínio do Estado: criar condições gerais da produção, que não podem se assegurar pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão da sua ideologia para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 120).

Segundo Netto (2011), as funções políticas do Estado imbricaram-se organicamente com as suas funções econômicas durante a fase monopolista do capital, o Estado burguês passa a assumir uma multiplicidade de funções, corroborando de forma direta e indireta para reprodução das relações de produção. Dentre as funções diretas: manutenção de empresas estatais responsáveis por setores não rentáveis e pelo fornecimento de matérias-primas por custo barato, controle de empresas capitalistas com dificuldades, venda de empresas públicas construídas com o dinheiro público, além de diversos subsídios, dentre eles, incentivos fiscais. Já no rol das funções indiretas: a compra de produtos a grupos monopolistas, investimento público em meios de transporte e infraestrutura, qualificação da força de trabalho e subsídio a pesquisas.

Sendo assim, analisar a intervenção do Estado nas relações de produção capitalista requer um olhar dialético, pois apesar da função fundamental do Estado ser o subsidio da reprodução do capital, a forma como ele intervém depende das condições de cada contexto histórico e em cada formação social.

2 OFENSIVA NEOLIBERAL

Em sua essência, a teoria neoliberal defende que o mercado deve ser a instância mediadora da sociedade. Teoricamente, faz oposição direta as ideias de Keynes, pois defende que a intervenção do Estado na economia deve ser mínima, criticando assim as funções reguladoras estatais e os direitos sociais. No plano ideo-cultural faz críticas a democracia, a igualdade e a justiça social, para o pensamento liberal a desigualdade não

é um problema, mas algo natural e positivo, já que são as diferenças que contribuem com o crescimento da sociedade através da competição.

A teoria neoliberal argumenta que a liberdade nos negócios é o melhor meio para se obter o desenvolvimento da sociedade, o Estado teria como papel assegurar a defesa da propriedade privada e dos direitos individuais. Manter o mercado livre, longe de qualquer regulamentação, seria a chave para se obter a garantia dos direitos individuais. Para o neoliberalismo ortodoxo, a promoção de privatizações, a desregulamentação do mercado e o estímulo a competição proporciona um ambiente de desburocratização de serviços, aumenta a eficiência e produtividade, baixa o custo dos produtos e que garante uma melhor qualidade de vida para sociedade.

É difícil enquadrar o neoliberalismo em um conceito fechado, “a prática da neoliberalização evoluiu de tal modo que se afastou ponderavelmente do modelo que a teoria oferece” (HARVEY, 2008, p. 75). Harvey (2008) destaca que é preciso considerar *os desvios da teoria na prática*, já que existe um antagonismo atual entre os interesses das instituições financeiras e ortodoxia neoliberal, é contraditório por exemplo, a tolerância dos Estados frente às más decisões e fracassos das instituições financeiras.

Como bem afirma Netto e Braz (2007), o Estado Mínimo trata-se de um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (2007, p.231). O mesmo Estado neoliberal que garante a promoção de uma estrutura favorável para um mercado é o que combate os sistemas de proteção social (NETTO, 2012). A essência do neoliberalismo não é a simples redução da intervenção estatal, mas a necessidade de um Estado direcionado a reprodução do capital.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal) (NETTO, 2012, 417).

No quesito qualidade de vida se manifesta uma contradição, pois ao mesmo tempo que se defende que o mercado com livre mobilidade garante uma melhor qualidade de vida por meio de uma melhora na eficiência e baixa no custo dos serviços, ocorre uma individualização da responsabilidade pela garantia da promoção do bem estar. É justamente em um contexto de corte de recursos e mudanças nas políticas

sociais que ocorre o desenvolvimento de uma ideologia de culpabilização dos sujeitos pelas suas condições precárias. Ou seja, ao invés de combater a desigualdade social, o neoliberalismo tem penalizado as pessoas por suas condições de vida. Paralelo a aglutinação das expressões da “questão social” e da responsabilização dos sujeitos, se desenvolve a figura de um Estado penal e autoritário, funcional aos interesses de uma pequena fração burguesa. Frente a instabilidade do Estado Neoliberal e o clima de competição ocorre o avanço do neoconservadorismo e do fascismo pelo mundo.

Não é à toa que fazem tantas críticas a democracia nessa égide, o autoritarismo é em si um traço marcante dos Estados neoliberais, que centram o poder e a resolução dos conflitos nas mãos do executivo e judiciário. A liberdade política das massas fica reduzida a vontade de poucos, o ato de governar fica sob o domínio de uma pequena elite e dos seus gurus. Ou seja, não se trata de reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar condições para direcioná-lo segundo os seus interesses de classe, o que só é possível com o estreitamento das instituições democráticas. A crítica a democracia faz parte da necessidade de despolitizar as relações sociais para legitimar as medidas regressivas.

Assim, “o que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital” (NETTO, 2012, p. 88). Portanto, a importância da “reforma” do Estado e das políticas sociais reside na necessidade do capital de realocar os recursos públicos ao seu favor.

3 DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

O neoliberalismo é um fenômeno que vem se expressando em nível mundial, porém é reducionista e incorreto analisá-lo sem considerar as particularidades, existem elementos determinantes para analisar os contornos desse processo, como a formação histórica, a cultura, o tensionamento de classes e o poder econômico de cada país.

É relevante destacar que o desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista é marcado por um movimento *desigual e combinado*, dessa forma, é errôneo pensar o processo de desenvolvimento capitalista nos países pautando-se por fases. O Brasil não teve seu crescimento industrial/urbano “atrasado”, mas um desenvolvimento

subordinado aos ditames dos países imperialistas. Em outras palavras, o Brasil é um país periférico que carrega a marca histórica da *dependência econômica*.

Para Behring (2003), compreender o desmonte do Estado brasileiro nos anos 1990 e o processo de inserção do país na dinâmica contemporânea do capital, por meio da incorporação da política macroeconômica neoliberal requer considerar as condições gerais que lhe antecedem. Em sua análise, existe uma relação direta entre a contrarreforma neoliberal dos anos 1990, a estagnação econômica do país nos anos 80 e o processo de endividamento durante o período da ditadura militar no Brasil.

O “milagre” econômico durante a ditadura militar, período entre os anos de 1969 à 1973 que ficou conhecido no pelo alto crescimento econômico, foi segundo Behring (2003) uma articulação do Estado brasileiro, da burguesia nacional e do capital estrangeiro.

A queda na taxa de lucro dos países centrais e o acirramento intercapitalista, durante os anos 1960-70, culminou na necessidade de transferência de capital monopolista para periferia como mecanismo de reestruturação do capital na busca por novos nichos de acumulação. É durante esse período, no qual o Brasil era governado de forma autoritária e golpista por militares, que o país adota uma política econômica de cunho desenvolvimentista através da instalação de transnacionais, por meio da abertura de crédito externo, que culminou no crescimento econômico. Entretanto, o custo do desenvolvimento industrial submisso aos ditames imperialistas, no período da ditadura, foi a sujeição do país a acordos políticos que resultou no seu endividamento, a aceitação de juros flutuantes submeteu a capacidade de investimento nacional ao pagamento da dívida pública.

O colapso da dívida passou a contribuir com a sangria dos recursos públicos dos países periféricos para o financiamento da reestruturação produtiva dos países centrais. O Brasil ficou submetido a condição forçada de exportador de capital por meio do mecanismo dos juros flutuantes. Dessa forma, é importante entender a questão política que envolve as negociações do pagamento da dívida e os interesses capitalistas que estão na essência da atuação das organizações multilaterais imperialistas.

O endividamento dos países periféricos, dentre eles o Brasil, ganha um novo contexto com a adoção de uma nova política de juros dos EUA. Como consequência do acirramento intercapitalista, os EUA adotaram uma nova política monetária para

retomar a hegemonia do dólar, aumentou bruscamente a porcentagem dos juros e rebaixou o prazo dos pagamentos, o que gerou uma queda na taxa de exportação e estrangulamento das economias periféricas. Os anos 80 passa a ser conceituado como “década perdida” para os países latino-americanos, por conta da forte estagnação econômica do período. Essa situação comprometeu o futuro da economia brasileira, pois gerou uma contenção no mercado interno e dificultou a atuação do Estado, já que a incapacidade de investimento dificultou o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo e culminou em uma condição de dependência econômica.

O descontrole inflacionário e a pressão em relação ao pagamento da dívida geraram uma situação de “ciranda financeira” no Brasil, através da emissão de novos títulos do tesouro a juros atraentes (BEHRING, 2003). Para Lupatini (2012), as dívidas externa e interna se entrelaçam neste contexto, com a emissão de novos títulos ocorre um crescimento da dívida interna, que passa a valorizar capitais privados do setor exportador. A elevação da taxa de juros alimentou o processo inflacionário e teve como consequência um desequilíbrio no orçamento público do Estado brasileiro, gerando diversas expressões negativas nos anos 80, dentre elas: desemprego, produção voltada para exportação, empobrecimento e crise nos serviços públicos.

No Brasil, os anos 1980 é marcado por uma crise econômica gerada pelo desequilíbrio inflacionário e por um contexto de tensão política, motivada pelo avanço do movimento popular e pela fragmentação da burguesia brasileira, ambos processos resultaram no esgotamento da ditadura militar e no processo de redemocratização do país. A formulação da Constituição Cidadã neste período foi uma expressão da tensão política entre o movimento operário/popular e a agenda liberal das elites políticas. Para Behring (2003), apesar dos ganhos significativos da classe trabalhadora no processo de redemocratização do Brasil, esse momento é permeado por contradições e esteve sob o controle da elite conversadora brasileira que temia a emancipação dos trabalhadores.

O contexto de estagnação econômica e hiperinflação dos anos 80 foram a base para a hegemonia do projeto neoliberal nos anos 90. Como supramencionado, o endividamento e a recessão econômica nos países periféricos foram o caminho para o avanço do neoliberalismo. As instituições multilaterais, representantes do grande capital, passaram a receitar o neoliberalismo para os países devedores como medida para combater à inflação e atrair capital estrangeiro.

Segundo a análise de Behring (2003), a transição democrática e a estrutura industrial do Brasil foram condicionantes para adesão do país a agenda neoliberal, bem como, o “atraso” dessa inserção custou a potencialização dos efeitos. “O fim da ditadura militar e as contradições da transição democrática, que criam as condições econômicas, políticas e morais” (BEHRING, 2003, P.148) para a contrarreforma do Estado brasileiro nos anos 90, o custo foi regressão das conquistas democráticas dos anos 80.

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa tão esperada do processo de democratização, e mais um momento do embate entre os projetos societários antagônicos que foram se delineando e aprofundando ao longo dos anos de 1980, favoreceu, por uma diferença pequena de votos, a candidatura à presidência que defendia explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado (BEHRING, 2003, p 149).

A década de 1990 se inicia com a vitória de Collor e uma forte crise econômica no país, gerada pelo agravamento da situação inflacionaria, o então presidente passou a desenvolver um programa de governo pautado em reformas estruturais orientadas para o mercado como meio para derrotar a situação da alta inflação. Porém, não obteve ganhos e a situação econômica do país ficou marcada por oscilações.

Para Behring (2003), o erro econômico central do governo Collor foi desconsiderar o caráter político que envolvia a inflação, ele estimulou a concorrência através da abertura comercial desconsiderando a situação de desvantagem do país, estimulou a concorrência sem pensar uma política concreta em relação ao endividamento, ou seja, sem capacidade orçamentária para investir em tecnologia e educação, o que gerou desemprego e falências. Criando uma situação de “solidão política” no cenário mundial de negociações (BEHRING, 2003, p. 152).

O cenário econômico e político culminou na renúncia de Collor dois anos após sua posse presidencial. Em 1992, o primeiro presidente eleito depois do período ditatorial, Collor, renunciou o seu cargo após a abertura de um processo de *impeachment* que tinha como acusação crimes de corrupção. Esse contexto, gerou um ambiente social de desconfiança na política e na democracia, que reverteu as tendências da década de 1980 e deu base para implementação de uma pauta regressiva no país (BEHRING, 2003). Após a renúncia, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência.

O interregno Itamar Franco será palco de avanços limitados, no que se refere à legislação complementar à Constituição de 1988, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social. Mas será também o momento de

articulação da coalizão conservadora de poder constituída em torno de Fernando Henrique Cardoso, então à frente do Ministério da Fazenda, onde foi formulado o plano de estabilização protagonizado pela nova moeda: o real (BEHRING, 2003, p.154-155).

Depois de inúmeras tentativas, o plano real organizado por FHC foi o que mais surtiu efeito em relação a inflação, porém proporcionou uma condição geral de recessão no país. O plano renegociou dívidas velhas com organismos internacionais para tornar possível novos empréstimos, à contrapartida foi desregulamentação e desmonte do Estado brasileiro. A abertura comercial passou a surtir efeitos e atrair capitais, impactando positivamente na inflação, porém essa política econômica destruiu a autonomia monetária do país.

Como argumenta Harvey (2014), a liberalização não produz uma situação harmoniosa, mas desigualdade social e instabilidade econômica. O enfraquecimento dos Estados periféricos e a desnacionalização de suas economias, levam as empresas nacionais a falência, pois estas não têm condições de competir com as transnacionais (SANTOS, 2012). Os acordos feitos com as organizações multilaterais para legitimar plano real e equilibrar a inflação, envolveu a desregulamentação e a liberalização da economia brasileira, o que foi um caminho para exigência da reconfiguração do Estado.

O câmbio flutuante agravou a situação de endividamento do país e a dívida pública foi o caminho para imposições regressivas do FMI, que colocou o orçamento público brasileiro à mercê de uma política econômica de ajuste fiscal permanente, voltada para os interesses do grande capital. Como aponta Lupatini (2012), diante da crise e da política de juros adotada pelos EUA, a escolha política do Brasil foi optar por uma política macroeconômica pautada no arrocho fiscal e em reformas estruturais. Outrossim, o endividamento gerado para o investimento produtivo não produziu crescimento interno, o que afundou o país em uma situação de estagnação econômica.

O controle inflacionário garantido pelo plano real legitimou a agenda econômica e política de FHC nos anos 90, o “articulador e intelectual orgânico da contrarreforma” do Estado brasileiro (BEHRING, 2003, p.155). A partir da década de 1990, o Estado brasileiro, enquanto condição de país dependente, passa a responder as novas exigências estruturais do capital. Para isso foi fundamental o redimensionamento dos recursos públicos a nova dinâmica de acumulação do mercado financeiro. O Estado intensifica seu apoio ao capital através do desmonte das políticas sociais e da abertura

para privatização dos serviços, que em grande parte, é financiado pelo dinheiro público ora canalizado através da dívida.

Behring (2003), enfatiza que o Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado em 1995, não se tratava apenas de mudanças na administração do funcionalismo público, mas de uma abertura do Brasil para as medidas neoliberais e para consolidação de uma condição de ajuste fiscal permanente. Ou seja, a partir dos anos 1990 o Brasil adota uma política econômica totalmente voltada aos interesses do mercado financeiro e agenda neoliberal.

A política macroeconômica neoliberal passa a ser hegemônica no Brasil a partir da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado, sendo sustentada por uma ideologia que afirma que o crescimento econômico está interligado com a garantia de credibilidade, em outras palavras, ser um bom pagador da dívida pública.

O discurso de gestão neutra legitimou muitas injustiças, como discute Paulani (2003). Pois passa a se legitimar na sociedade um discurso de que só existe uma matriz de política macroeconômica, científica e correta, independente de qual seja a ideologia e campo político do governo. Para se fazer uma boa a gestão o governo deve se submeter aos princípios neoliberais para conseguir desenvolver economicamente o país. E é justamente a tal política econômica científica que legitima a circulação do capital financeiro. A ideologia afirma que o crescimento econômico está interligado com a garantia de credibilidade, mesmo que essa credibilidade custe sacrifícios, como direitos, políticas sociais e vidas. Pois se o país “gasta demais” com o social, ele põe em risco sua credibilidade e a fetichização da mercadoria.

Tecendo duras críticas ao populismo e a burocracia, as justificativas para legitimar a reforma do Estado em 1995 trouxeram como pauta central a preocupação com a cidadania, caracterizando o desmonte das garantias sociais como necessário para o desenvolvimento do país por meio da sua inserção na dinâmica mundial. Ou seja, utilizou-se de argumentos da teoria neoliberal, na qual relaciona desregulamentação com desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, como aponta Behring (2003), a preocupação social tratou-se apenas de uma grande desculpa para legitimar a reforma neoliberal, a prova de tal contradição reside no fato de que a desregulamentação deixou a economia do país à mercê da especulação do mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução de custos

preconizado pelo “ajuste” fiscal permanente e desmonte das proteções sociais escoado pelo ralo da dívida pública.

Bem como, o processo de privatização das estatais brasileiras expressou a vulnerabilidade orçamentaria do Brasil frente aos anseios imperialistas. As privatizações contribuíram com o mercado através da retirada do Estado de suas funções produtivas e da apropriação de capitais a custo baixo, o que revelou a vulnerabilidade da execução orçamentária do país em relação a dinâmica externa, o patrimônio público foi entregue ao capital por meio da venda de estatais.

O processo de privatização abriu novos campos de lucratividade para os países centrais, pela lógica da acumulação via espoliação, a privatização se tornou um novo campo para investir capital superacumulado e gerar novos nichos de valorização. O que acarretou, ao mesmo tempo, acumulação de capitais e desigualdade. A capacidade produtiva do Estado foi entregue ao mercado, a abertura de importações quebrou as empresas nacionais e a produção rural, transferindo ativos e recursos naturais a preço reduzido (HARVEY, 2014).

Apesar das justificativas para legitimação do neoliberalismo no Brasil fazerem uma relação errônea entre má administração do Estado e necessidade de medidas regressivas nos sistemas de proteção social, a essência que move a reconfiguração do Estado brasileiro nos anos 90 é a reação do capitalismo ao ciclo depressivo. A hipertrofia do Estado garante o maior controle sobre os rendimentos do fundo público, o que proporciona garantias econômicas aos processos de valorização e acumulação (IAMAMOTO, 2008). Em outras palavras, a “reforma” neoliberal dos Estados é uma resposta do capitalismo em busca da reprodução ampliada do capital.

CONCLUSÃO

A liberalização de crédito para países periféricos nos anos 1970 foi funcional as economias centrais, pois possibilitou novos terrenos de acumulação a custo reduzido. O endividamento dos Estados-nações foi uma peça chave para o desenvolvimento do neoliberalismo, pois a dívida pública se tornou o caminho para a pressão fiscal dos organismos multilaterais, já que a “reforma” do Estado se tornou um critério para inserção no mercado e liberalização de crédito. Ou seja, interesses capitalistas estão na

essência das ações dos organismos multilaterais, a “reforma” do Estado pautada em valores neoliberais contribui para o redimensionamento dos recursos públicos, que passa a contribuir com a valorização do mercado financeiro e por tanto, com a reprodução ampliada do capital através do pagamento da dívida pública.

A política macroeconômica neoliberal pautada no ajuste fiscal permanente adotada nos anos 90 foi uma tragédia no campo social, pois significou o desmonte orçamentário da Seguridade Social, o que retrocedeu conquistas da redemocratização e agravou as condições sociais dos brasileiros. Dentre as expressões negativas, Behring (2003) destaca o aumento da violência urbana, do desemprego, da precarização das relações do trabalho e uma baixa na renda *per capita* dos brasileiros que contribuiu com o aumento dos níveis de pobreza e desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. **O Estado ampliado de Gramsci**. Revista Mosaico Social, 2006. Disponível em:

<https://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf>. Acesso em: 27. Fev. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrareforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 127-212.

ENGELS, Fridrich. A origem da família, da propriedade e do Estado (Trad. de H. Chaves). Portugal: Livraria Martins Fontes. p. 45-65.

HARVEY, David. **A breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.75-96.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, edições Loyola, 2014. p. 115-149.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 93-128.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. (Org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. P. 59-93.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). São Paulo: Boitempo, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-34.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 73-99.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 211-243.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, 2003, vol.23, dez. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/92-4.pdf>. Acesso em: 01 de maio. 2019.